

# A reforma necessária

JEFFERSON PERES

03 JUL 1964

JORNAL DE BRASÍLIA

Minha visão do Brasil é otimista. Não me parece provável — parece mesmo impossível — que este País não dê certo, tantas são as suas potencialidades e as condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Mas começo a ficar muito preocupado e receoso de que este processo seja abortado, com o conseqüente mergulho numa situação semicaótica, por muitas décadas, em razão da cegueira e da falta de espírito público de grande parte da nossa classe política.

Em meio a tantas divergências, creio que há concordância, unânime, num ponto: como está não pode ficar. É absolutamente imprescindível retomar o crescimento econômico com estabilidade, como pré-condição de sobrevivência da democracia e de resgate da dívida social. Sem a primeira — isto é, a pré-condição — dificilmente garantiremos a segunda e, com certeza, não conseguiremos a terceira.

Não se trata de economicismo, que subordina tudo ao econômico. Mas se a economia não é determinante, com certeza é fator condicionante dos processos político e social. É verdade que a recíproca é verdadeira, os campos interagem e os fatores sociais e políticos também influenciam o desempenho da economia.

Impossível estabelecer o que afeta mais o quê. Uma coisa, entretanto, parece indiscutível: numa situação de crise econômica não apenas é impossível melhorar as condições sociais, como não se pode sequer impedir que piores ainda mais.

Cuba é um exemplo eloqüente disso. Não há dúvida de que o governo socialista logrou um grande avanço nos setores de educação e saúde. Mas conseguiu isso enquanto a economia era impulsionada pela ajuda soviética. Quando esta cessou, e a economia começou a degingolar, as condições de vida da população entraram em processo de deterioração. Se Fidel Castro não tivesse — premido pelas circunstâncias — cometido o pecado ideológico de abrir o país aos investimentos estrangeiros, em breve os sistemas de educação e saúde também entrariam em colapso. Moral da história: sem sustentação econômica, não há estrutura social que agüente.

Estou querendo dizer que o Brasil não avançará muito no social, e poderá retroceder, politicamente, se voltar a viver uma situação de inflação galopante conjugada a uma recessão econômica. E essa situação ocorrerá se não for realizada uma profunda reforma da má-

quina estatal.

A crise brasileira é em verdade, no fundo, uma crise do Estado, porque o setor privado já passou, em grande parte, por um processo de saneamento. Em quase todos os segmentos da economia as empresas concluíram, ou deram início, ao enxugamento do quadro de pessoal, à redução do nível de endividamento, à mudança de métodos administrativos, à introdução de novas tecnologias e à renovação de equipamentos. Tudo isso resultando num aumento da produtividade que lhes deu competitividade mesmo no plano internacional.

O problema está no setor público, inchado, deficitário e sem capacidade operacional para prestar aos cidadãos sequer os serviços essenciais que lhe são inerentes, nos campos da educação, da saúde, da segurança e da prestação jurisdicional.

O dilema é, portanto, fazer uma reforma profunda do Estado, agora, ou regredir para níveis africanos nos indicadores sociais. E para fazermos essa reforma precisamos de uma classe política dotada de lucidez, desprendimento e espírito público. Virtudes que passam ao largo da grande maioria dos nossos políticos.

■ Jefferson Peres é senador pelo PSDB do Amazonas